

## Quilombo do Pará luta pela posse da terra - 13-fevereiro-2001

Local: Belém

Fonte: O Liberal

Link: <http://www.oliberal.com.br>

Avelino da Conceição Almeida já não tem a pele negra como de seus avós, mas traz com ele o orgulho da raça e como diz, traz também “a sabedoria de um homem que já viveu muito”. Ele é descendente de escravos pertencentes ao Barão de Guajará Domingos Antônio Rayol e mora na ilha do Cacau, onde é um dos líderes da comunidade remanescente de um quilombo. O local ainda traz as vestígios da escravidão. Há alguns quilômetros, nas ruínas do engenho, ainda existe o pelourinho onde os negros eram amarrados e o poço onde eram jogados para serem castigados.

Longe das amargas lembranças da escravidão, o maior problema do quilombo hoje é a destruição do meio ambiente. Os moradores que viviam principalmente da extração de açaí, assistem impotentes à destruição de sua fonte de renda. A acusada da devastação é a Empasa, uma empresa que extrai palmito no local, que se diz proprietária das terras e derruba os açazeiros sem realizar o replantio, segundo denúncias dos moradores. “Hoje nós vivemos da farinha, da madeira, do caranguejo, mas nosso sustento vinha do açaí que nós comíamos. Hoje me dói o coração de ver eles derrubarem tantas árvores verdes ou então derrubarem com cacho e tudo, deixando estragar no local. Eu fico revoltado”, afirma Avelino. A luta dos remanescentes dos escravos não é apenas contra a devastação, é também pela posse das terras. Eles já deveriam ter a posse da terra, mas só agora foram esclarecidos sobre o assunto pela Associação dos Amigos da Ilha de Colares (Aaico), que procura resgatar a história da região. “Queremos a posse da terra. Nós ficamos chateados porque eles derrubaram o açazal e nós vivíamos dele. Para tirar o palmito eles derrubam tudo e não reaproveitam, não plantam. Quando eu vejo uma árvore no chão eu digo: meu filho, esta árvore está aqui de injustiça”, desabafa emocionado Avelino. Ele conta que algumas pessoas são obrigadas a vender o palmito a preços irrisórios para sobreviver. O cento desse palmito é vendido entre 8 e 18 reais. “É um absurdo derrubar 100 árvores por 8 reais; é um crime. Quando nós tirávamos açaí, nós éramos zelosos com o local, agora eles destroem, pagam muito pouco e pensam que o nosso povo é escravo deles. Eu não me sujeito a derrubar o açazeiro. Eles estão tirando o nosso sustento com essa devastação”. Segundo Rosa Gomes, vice-presidente da Aaico, o quilombo foi descoberto por acaso e a Associação se viu na obrigação de auxiliar o quilombola na luta pela posse das terras. Para Rosa, os descendentes dos escravos são os verdadeiros donos da terra. “Eles têm direito adquirido”.

Ao descobrir o quilombo, Rosa procurou o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Pará, que concedeu um tombamento provisório, garantindo a proteção imediata, mas temporária, do local. A vice-presidente da associação também procurou o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) onde obteve o histórico das terras, que hoje pertencem à Empasa. O caso está agora nas mãos do assessor jurídico do Iterpa, Jerônimo Precanni, que se comprometeu a dar celeridade ao processo de titulação, segundo afirmou Rosa Gomes. Ela espera que o governador também se interesse pelo caso. “Nós temos certeza que o governador Almir Gabriel vai dar atenção ao nosso caso, afinal foi ele o mentor do projeto que beneficia os quilombos. Foi assinado pelo governo o Decreto Lei 3.582/99 que regulamenta a Lei 6.165 de 98, que legitima a terra dos remanescentes de quilombo e é essa lei que deve ser aplicada ao Cacau, levando benefícios para a ilha”, declarou Rosa acrescentando que representantes do Programa Raízes já visitaram a comunidade do Cacau e se certificaram que a comunidade é remanescente do quilombo. “O Programa Raízes já visitou a comunidade e isso vai criar possibilidades para que eles consigam recursos para a agricultura, para seu auto-sustento. A situação deles é muito delicada, eles precisam da posse dessas terras, é um direito e um merecimento”, afirmou Rosa Gomes.

Os quilombolas vivem hoje da venda da farinha, da extração de caranguejo e eventualmente da venda de madeira. A saca de 60 quilos de farinha é vendida, em Vigia, por 40 reais, mas a produção é pequena. “A gente vende aqui o caranguejo, a farinha, a madeira. Vai dando o nosso jeito pra viver. O meu ombro já tem até calo, por causa do peso da madeira”, queixa-se Avelino, mostrando o ombro calejado.

História começa em 1874

Avelino Conceição de Almeida é bisneto de escravos. Sua bisavó, Ângela, herdou de seus primeiros “donos”, Agostinho José de Almeida e Bento José de Almeida, o sobrenome, assim como a maioria dos demais escravos. Os escravos foram vendidos, em 1874, por 25 contos de réis - “mais 10 contos de réis pelos bens de raiz e gado” - para Domingos Rayol, conhecido como Barão de Guajará. Na cópia da escritura de terras, fornecida pelo Iterpa, entre os escravos estava “Ângela, cafusa de vinte e sete anos de idade, solteira. D’esta província, filha de Engrácia”. Era a bisavó de Avelino.

Ele conta as histórias que ouviu da avó e da mãe, que já não viveram na escravidão, mas trouxeram como herança cultural as memórias da escrava Ângela. Entre as antigas lembranças, algumas são bastante amargas, como as torturas por qualquer motivo. Mãe de Avelino, Carmelina Almeida conta que alguns escravos eram torturados e

jogados em um poço que eles acreditam levava até o rio. Outra lembrança é a plantação de cana, onde a escrava Ângela carregava, debaixo da saia, duas garrafas de cachaça para agüentar o trabalho forçado, fato comum entre os escravos, que se fossem pegos com a bebida eram castigados.

É essa memória que a Associação quer preservar e está registrando em um livro, ainda sem data para ser lançado, mas que promete contribuir para a história do Pará e da raça negra na região. “A Associação pretende resgatar todo o processo histórico da ilha. É uma obrigação, um compromisso que assumimos com aquele povo e com a sociedade, e por isso estamos pesquisando e registrando tudo”, declarou Rosa Gomes. (K.K.)

#### Futebol e histórias de força

A Associação também promove a recreação da ilha. E vai realizar, no próximo dia 18 de fevereiro, o “I Torneio de Futebol Feminino da Ilha de Colares”. Como time favorito está a equipe de mulheres da ilha do Cacau. Das onze jogadoras, 10 são filhas de Avelino, que apresenta com orgulho suas “meninas”. Animadas, as jogadoras dividem seu tempo cuidando dos filhos, fazendo farinha e jogando futebol no campinho localizado dentro da comunidade. Para elas, o futebol é uma terapia, uma maneira divertida de enfrentar a vida.

As mulheres da comunidade têm histórias de força para contar. Além de serem boas de bola, garantem boa parte do sustento familiar, mas por ingenuidade já foram vítimas de enganadores. Foi o caso da mulher de Avelino, Joana Dias dos Santos Almeida, que trabalhou muitos anos como agente de saúde da Sucam, mas nunca recebeu nada pelo trabalho. Ela foi contratada por um agente conhecido como Luís, que lhe entregava as lâminas para coleta e a ficha de preenchimento. Joana passou nesse trabalho cerca de 24 anos, quando colhia todos os dias amostras de sangue da população e entregava ao tal agente que eventualmente ia buscar o material e mandava os remédios. Muitas vezes ela também ia levar as lâminas. “Ela não tinha hora para o almoço, nem para nada. As pessoas vinham e chamavam ela para tirar o sangue e ver se era malária. Ela não descansava, mas nunca recebeu por isso”, reclama o marido.

Joana chegou a procurar a Sucam, mas no local disseram que ela não tinha direito de receber nada pelo trabalho, segundo informações da própria Joana que ainda guarda muitos canhotos de coleta, mas já perdeu a esperança de que reconheçam seu esforço e lhe paguem pelo trabalho.

No local, as mulheres também encontram outras dificuldades como a falta de assistência médica e de uma escola mais estruturada. Segundo Rosa Gomes, nem mesmo merenda escolar é mandada para o local e este é outro assunto que a vice-presidente da Associação pretende encaminhar. “Queremos, depois de conseguir a terra para eles, solicitar saneamento e maior atenção à saúde e educação da ilha do Cacau. Isso também é muito importante e nós lutaremos para conseguir”, promete. (K.K.)